

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO

**A Ascensão da Nova Classe Média Brasileira sob a Ótica da Renda e do
Crédito**

Clarissa Maria Cardão Alves

Matrícula: 0810564

Orientador: Rogério Werneck

06/2012

"Declaro que o presente trabalho é de minha autoria e que não recorri para realizá-lo, a nenhuma forma de ajuda externa, exceto quando autorizado pelo professor tutor".

Clarissa Maria Cardão Alves

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, Rogério Werneck, por ter sempre se mostrado paciente, acessível e compreensivo.

À minha família, que sempre torceu por mim. Principalmente, à minha querida mãe, Suzane, por todo o amor. À minha irmã, Raisal, pelo seu exemplo. Às minhas tias Ana Beatriz e Flávia, pelo o apoio. Ao meu pai, pelo compromisso. E aos meus avós, Celina e Antonio, por tudo.

Agradeço, também, aos meus amigos economistas por esses quatro anos maravilhosos. Sem dúvida alguma os melhores da minha vida.

Meus sinceros agradecimentos ao meu namorado, Urbano, que com todo carinho e paciência, sempre esteve ao meu lado.

Índice

1) Introdução	4
2) Mudanças na Renda	
2.1) A Evolução do Salário Mínimo	7
2.2) A Redução do Desemprego e da Informalidade no Mercado de Trabalho...	10
2.3) O Crescimento da Massa Salarial	13
3) Crédito	
3.1) A Evolução do Crédito Total no Brasil	17
3.2) O Crédito Destinado ao Consumidor	18
3.3) O Crédito Consignado	21
3.4) O Crédito para o Financiamento da Casa Própria	23
4) A Nova Classe Média Brasileira	
4.1) A Queda da Desigualdade	26
4.2) O Que é a Nova Classe Média e Por Quem é Formada?.....	28
4.3) A Ascensão da Nova Classe Média	30
4.3) As Mudanças no Padrão de Consumo	33
5) Conclusão	38
6) Referências Bibliográficas	42

1) Introdução

O Brasil, na década de 1990, passou por profundas reformas estruturais, responsáveis por estabilizar a sua economia e colocar o país nos trilhos do crescimento. Este conjunto de transformações permitiu que milhões de brasileiros passassem a experimentar a mobilidade social, dando origem a mais nova classe C. Este é um dos fenômenos sociais e econômicos mais importantes da história recente, presente não apenas no Brasil, como nos demais países emergentes. Sua relevância para a atual conjuntura foi o motivador para este estudo.

Com a ascensão da população brasileira a classes superiores, novas necessidades surgiram e, com isso, novos hábitos de consumo, expressos na busca de alguns bens especiais, percebidos anteriormente como característicos do consumo de faixas de renda mais elevadas, como o automóvel, por exemplo. O consumo torna-se uma forma de adquirir e reforçar a distinção social, fazendo com que determinados bens sirvam de suporte para inclusão nesta nova classe.

Neste trabalho, iremos compreender alguns dos fatores que permitiram a ascensão do brasileiro a mais nova classe média. Para isso, estudaremos o comportamento da renda e do crédito, em dois capítulos. O período escolhido para a análise foi de 2003 a 2011.

Posterior a presente Introdução que ilustra o Capítulo 1, dedicaremos o Capítulo 2 a compreender as mudanças na renda do brasileiro. A primeira sessão tratará de analisar a evolução do salário mínimo real. Para isso, entenderemos a política de valorização do piso, que, com o apoio das Centrais Sindicais, virou lei no início de 2011. Analisaremos, também, como evoluiu o seu poder de compra nos últimos nove anos, além do impacto real na economia decorrente da valorização realizada em 1º de Janeiro do último ano de análise.

Com auxílio da Pesquisa Mensal do Emprego (PME), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na segunda sessão estudaremos o comportamento da taxa de desemprego no Brasil e verificar-se-á que esta vem reduzindo ano a ano, desde 2003. Iremos expor também os dados referentes à geração líquida de

empregos formais, dado o seu protagonismo no que se refere à sustentabilidade dessa nova classe média. O aumento da taxa de formalização dos postos de trabalho atua como um dos caracteres da evolução da renda permanente do trabalhador, responsável por sustentar o novo padrão de vida adquirido no longo prazo.

Para finalizar o Capítulo 1, a sessão 3 tratará de analisar o comportamento da massa salarial real, que consiste no produto da remuneração média dos empregados e o do número empregos. Com os dados obtidos através da PME, analisaremos a evolução do rendimento médio real habitual do trabalhador e do número de empregos no país, questões previamente introduzidas nas duas sessões anteriores. Veremos que a massa salarial apresentou uma tendência crecescente desde o início da série analisada, dado melhores níveis de renda e emprego no país. Esta é responsável pelo aquecimento da demanda interna, impulsionando o consumo e criando espaço para o surgimento dessa nova classe média.

A oferta de crédito ao consumidor também representa elemento fundamental para viabilizar as aspirações do consumo na classe C. Assim, o Capítulo 2 será dedicado a analisar a sua evolução nos últimos nove anos.

Na primeira sessão, veremos que, historicamente, a oferta de crédito total no país sempre foi muito baixa quando comparada aos demais países. O seu crescimento é consequência da redução das taxas de juros, assim como aumento dos níveis de emprego e renda. Para medir a dimensão da sua evolução, temos que em 2003 o crédito representava 25% do PIB, enquanto, em 2011, já alcançava cerca de 50% do seu total.

Do total do crédito ofertado no país, a maior parte dele é destinada ao consumidor, que enfrenta um processo menos burocrático para obter um empréstimo, além de oportunidades que lhe ofereçam condições equivalentes a sua capacidade de pagamento. Este será o tema abordado na sessão 2 do capítulo.

Dada a sua relevância, inauguramos mais duas sessões com o intuito de abordar modalidades de crédito específicas. A primeira delas refere-se ao crédito consignado. Criado em 2003, o crédito consignado apresenta um custo menor para o tomador de empréstimo que as demais opções de crédito pessoal. A segunda delas refere-se ao crédito destinado ao financiamento da casa própria. Apesar do crédito para habitação ainda ser muito baixo em relação ao PIB quando comparado aos demais países, esta

modalidade apresentou um expressivo crescimento nos últimos anos, que, sem dúvida alguma, foi impactado pelo programa governamental Minha Casa Minha Vida, inaugurado em 2009.

Assim, impulsionados pelo aumento da renda e pelo crédito farto, milhões de brasileiros puderam aumentar o seu poder de compra e inauguraram a mais nova classe média brasileira. E é sobre ela, especificamente, que iremos tratar no Capítulo 3.

Começaremos a primeira sessão analisando a redução da desigualdade, já que a nova classe C é resultado também de uma maior equidade. Medida pelo índice de Gini e divulgado pelo IBGE através da Pesquisa Nacional por Amostra por Domicílio (PNAD), veremos que ela cai, ano a ano, desde a PNAD de 2001 até a última divulgada em 2009.

Na sessão seguinte, finalmente, definiremos o que é a classe média mediante critérios subjetivos e objetivos. Dentre os objetivos, com auxílio da PME, iremos estratificá-las segundo a renda, em classes AB, C, D e E. Para isso, é preciso ter em mente que a classe C auferem em média a renda média da sociedade, ou seja, é a classe média no sentido estatístico.

Na sessão 3, trataremos de sua ascensão. No período compreendido entre 2003 e 2011 veremos a ocorrência de um *boom* na classe C, assim como um crescimento substantivo da classe AB. No sentido inverso, veremos que tanto a classe D quanto a classe E diminuíram de tamanho.

Por fim, a última sessão tratará de analisar as mudanças no padrão de consumo dos brasileiros, principalmente no que se refere ao crescimento dos bens de consumo duráveis. Conforme vimos no início dessa introdução, a ascensão implica em novas necessidades que se traduziram em um aumento do consumo por parte da maioria dos brasileiros.

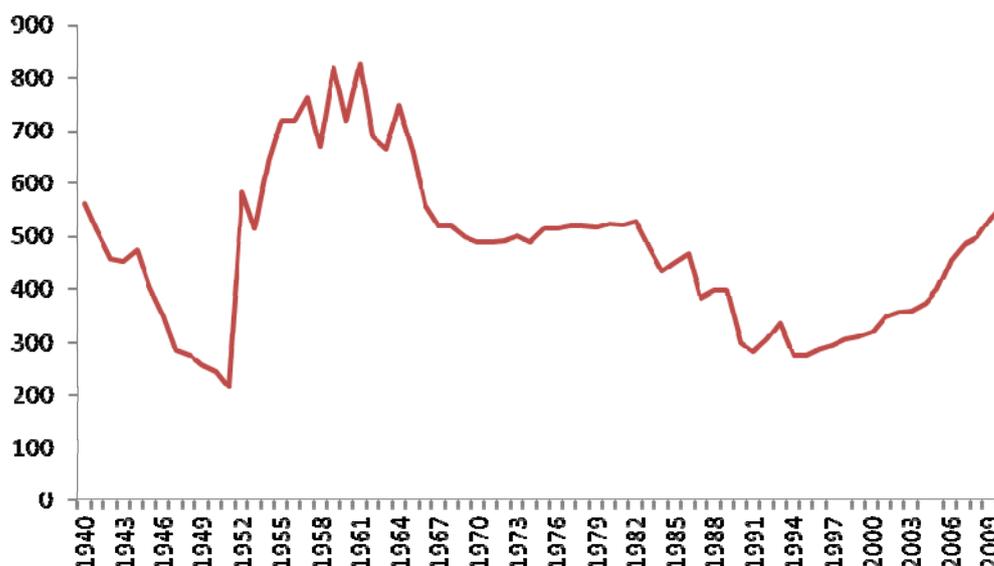
No Capítulo 5, apresentaremos uma conclusão, que consistirá dos resultados encontrados e apresentados no presente trabalho.

2) Mudanças da Renda

2.1) A Evolução do Salário Mínimo

O salário mínimo real subiu ininterruptamente a partir de 1994 com a estabilização da economia e a implantação do Plano Real. O fim da alta da inflação abriu caminho para a mais significativa recuperação do poder de compra do mínimo desde a década de 50.

**Gráfico 2.1 – Evolução do Salário Mínimo Real
(R\$) (1940 – 2011)**



Fonte: IPEADATA

Apesar de constante aumento a partir de 1994, conforme o Gráfico 2.1, foi apenas em 2004 que as Centrais Sindicais, por meio de movimento unitário, lançaram a campanha de valorização do salário mínimo. Entre suas conquistas está o acordo selado em 2007, que previa a permanente valorização do piso salarial até 2023. Posteriormente, em 2011, a política de valorização do salário mínimo se tornaria lei.

Os reajustes são feitos com o intuito de preservar o seu poder aquisitivo e garantir o seu aumento real e, com isso, correspondem à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), acumulada nos doze meses anteriores ao ajuste. É aplicado também o percentual equivalente à taxa de crescimento real do PIB para o ano de referência.

**Tabela 2.1 - Reajuste do Salário Mínimo
(2003 – 2011)**

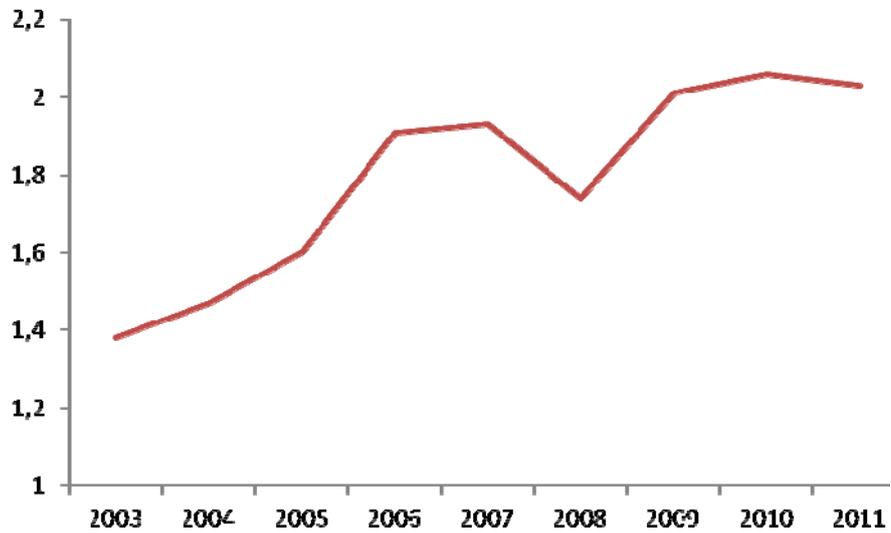
Período	Salário Mínimo Nominal (R\$)	Reajuste Nominal (%)	INPC - IBGE (%)	Aumento Real (%)
Abril 2002	200,00			
Abril 2003	240,00	20,00	19,36	0,53
Mai 2004	260,00	8,33	4,99	3,18
Mai 2005	300,00	15,38	6,93	7,91
Abril 2006	350,00	16,67	3,34	12,90
Abril 2007	380,00	8,57	3,44	4,96
Março 2008	415,00	9,21	5,50	3,52
Fevereiro 2009	465,00	12,05	6,25	5,46
Janeiro 2010	510,00	9,68	4,36	5,10
Janeiro 2011	545,00	6,86	6,53	0,31
Total Período		172,5	78,49	52,66

Fonte: IPEADATA

Assim, com a política de valorização do mínimo em vigor, em 2011, o piso definido em R\$ 545 representa um ganho acumulado real de 52,66% e nominal de 172,5% desde 2003, conforme descrito na tabela acima.

Quanto ao poder de compra, podemos medi-lo através da quantidade de cestas básicas que ele poderá adquirir. Através do gráfico abaixo, é possível perceber a sua tendência crescente. Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudo Socioeconômicos (DIESSE), a quantidade de 2,03 cestas básicas está próxima à média de 2010, sendo esta a maior relação nas séries das médias anuais desde 1979.

Gráfico 2.2 – Relação Salário Mínimo / Cesta Básica ¹
(2003-2011)



Fonte: DIESSE

Os impactos de sua elevação são bastante expressivos para a evolução da renda no Brasil. Com base nos dados divulgados pela PNAD, estima-se que, hoje, cerca de 47 milhões de pessoas tenham seu rendimento referenciado ao salário mínimo. O último ajuste realizado representa um incremento de renda de R\$18 bilhões na economia.

¹ Médias Anuais da Cesta Básica em São Paulo

**Tabela 2.2 - Impacto Anual Decorrente do Aumento do Salário Mínimo
(2011)**

Tipo	Número de Pessoas (mil)	Valor adicional da Renda anual (R\$)
Beneficiário do INSS	19.177	7.479.061.590
Empregados	13.820	5.389.763.730
Conta - Própria	8.718	3.138.481.800
Trabalhadores Domésticos	5.083	1.982.257.680
Empregadores	203	73.157.040
Total	47.001	18.062.721.840

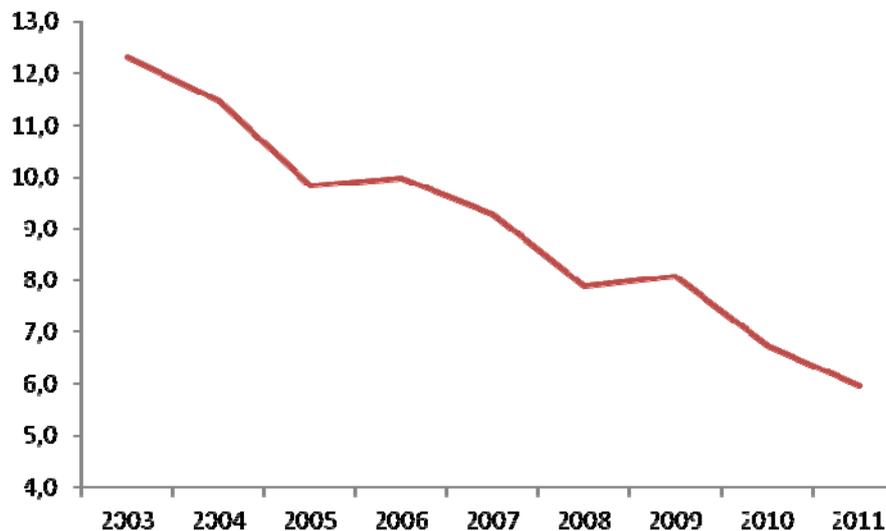
Fonte: DIESSE com base nos dados da PNAD/IBGE

2.2) A Redução do Desemprego e da Informalidade no Mercado de Trabalho

Nos últimos anos, percebe-se acentuada e consistente queda nas taxas de desemprego e o avanço da formalização nas relações de trabalho no Brasil, contribuindo para a continuidade da ascensão dos rendimentos reais do trabalhador.

Para analisarmos a redução da taxa de desemprego recorreremos a PME, divulgada mensalmente pelo IBGE. A PME é uma pesquisa domiciliar, comparável a PNAD, podendo ser usada como tal. O seu ponto forte em relação ao PNAD diz respeito a sua maior agilidade, nos permitindo captar, em detalhe temporal, a operação dos determinantes da distribuição de renda do trabalho observados no país. Porém, é importante ressaltar uma de suas limitações: a pesquisa cobre apenas as seis áreas metropolitanas do Brasil (Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Recife, Porto Alegre e Salvador).

Gráfico 2.3 – Evolução da Taxa de Desemprego Média (%) (2003 – 2011)



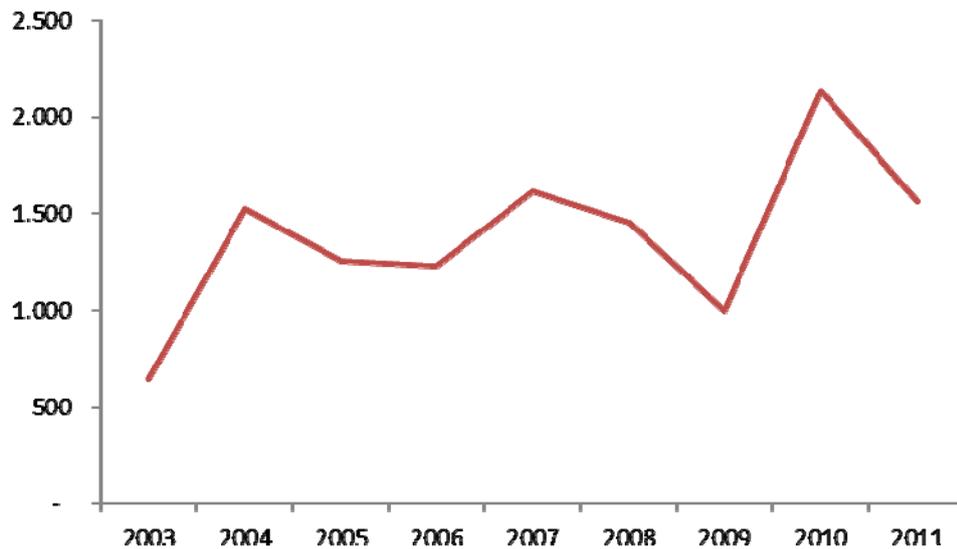
Fonte: PME /IBGE

A desocupação média em 2011 situou-se em 6,0% da população economicamente ativa (PEA), representado a menor taxa desde o começo da nova série histórica da PME, iniciada em 2002. A quantidade de desempregados no país caiu de 2,6 milhão, em média, em 2003, para cerca de 1,4 milhão em 2011, um recuo de 45%.

Pode-se dizer que a redução da taxa de desocupação é resultado de alguns fatores presentes na atual conjuntura econômica brasileira, que aposta na permanência do ciclo de recuperação econômica, dada a crise internacional do início de 2008, e no fortalecimento do mercado interno.

Um dos fenômenos mais marcantes no mercado de trabalho brasileiro recente é o aumento da taxa de formalização dos postos de trabalho, atuando como um dos caracteres da evolução da renda permanente do trabalhador e facilitando o seu acesso ao crédito.

**Gráfico 2.4 – Evolução da Geração Líquida de Emprego Formal
(mil) (2003 – 2011)**



Fonte: CAGED

Segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), no ano de 2011 houve uma criação líquida de mais de 1,56 milhões de novos postos de trabalho com carteira assinada. Conforme mostra o Gráfico 2.4, a geração de empregos formais mais que duplicou neste último ano quando comparado com o resultado de 2003, onde 645,5 mil empregos formais foram criados. Desde então, já foram gerados mais de 12 milhões destes.

Mesmo sob efeitos da crise financeira internacional, que contribuiu para a destruição de mais de 650 mil empregos formais em dezembro de 2008, muito superior ao habitual, há uma recuperação gradual. Em setembro de 2009 já se atingia o ritmo de geração de empregos formais de antes de setembro de 2008.

As causas deste enorme avanço ainda estão sendo discutidas, mas já é possível enumerar alguma delas². Entre as principais mudanças que contribuíram para tal avanço está o expressivo aumento da escolarização, processo que foi potencializado no final dos

² As causas para o fenômeno decorrem de um estudo feito por Marcelo Neri e expostas no livro *A Nova Classe Média: o lado brilhante da base da pirâmide*.

anos 1990. O grau de escolaridade é um dos principais determinantes não só da entrada, como da permanência no setor formal ou informal. (MELLO; SANTOS, 2009) verificaram empiricamente que a entrada no mercado de trabalho de uma geração mais instruída modificou a tendência do crescimento da informalidade ocorrida nos anos 1990. Com isso, mostraram que o aumento da formalização da economia associa-se à mudança na distribuição educacional da população.

Além da escolarização, a formalização do trabalho pode ser explicada pela maior eficiência das atividades de inspeção e fiscalização realizadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Ressaltam-se, também, as inovações na legislação trabalhista como o contrato de trabalho por prazo determinado, suspensão temporária do contrato de trabalho, banco de horas, participação de empregados nos lucros, jornada de trabalho a tempo parcial, entre outras. O incentivo à formalização das micro e pequenas indústrias também contribui, já que traz como consequência a formalização dos seus empregados.

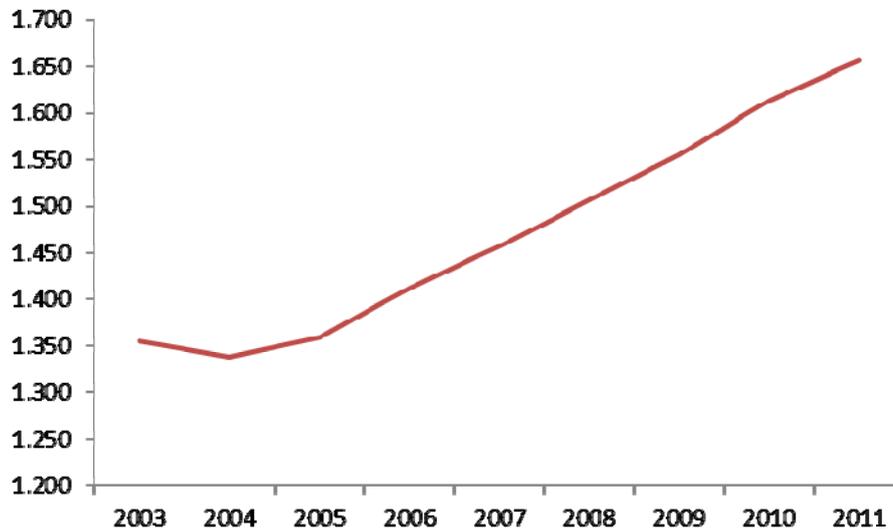
Por fim, sabemos que as reformas estruturais ocorridas no país nos anos 90, levando assim à estabilidade macroeconômica, estão por trás de todo esse cenário de formalização dos postos de trabalho, à medida que criam bases para o crescimento sustentado da economia.

2.3) O Crescimento da Massa Salarial

A massa salarial consiste no produto da remuneração média dos empregados e o do número empregos, ou seja, é uma combinação da variação do nível de emprego com o da renda real do trabalhador.

Para análise, usamos a renda real média habitual do trabalhador, divulgada pela PME.

**Gráfico 2.5 – Evolução do Rendimento Real Médio Habitual
(R\$) (2003 – 2011)**

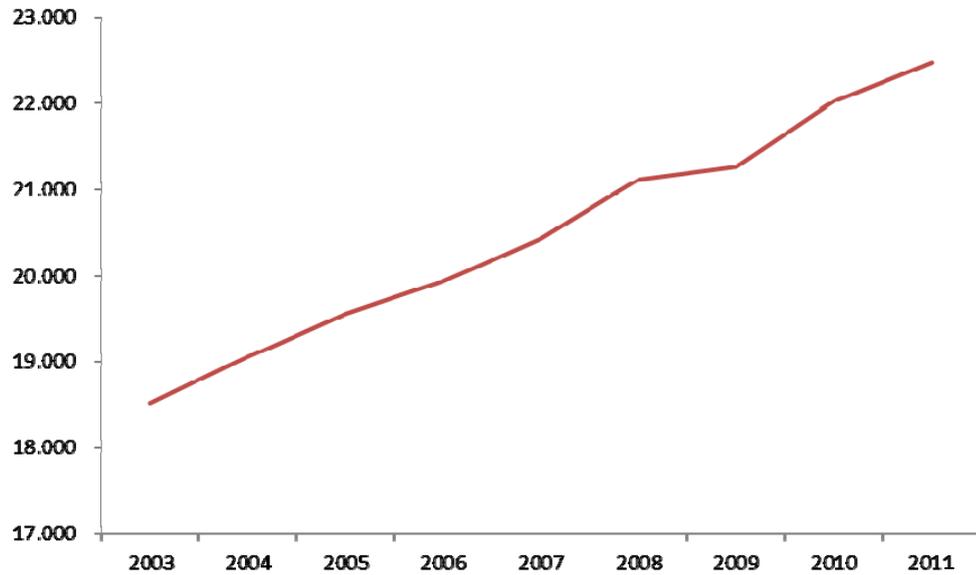


Fonte: PME/IBGE

Os dados divulgados pela pesquisa nos permitem concluir que a renda do trabalhador em 2011, impactada pelo crescimento real do salário mínimo, cresceu 22% quando comparada ao resultado obtido em 2003, representando um incremento médio real de cerca de R\$301,42. A renda do trabalhador vem desde então traçando uma curva ascendente, conforme podemos ver no Gráfico 2.5.

O outro fator necessário para o cálculo da massa salarial diz respeito ao emprego no país. Assim como exposto na sessão 2.2, verificamos uma clara redução da taxa de desemprego, alcançando em 2011 o patamar de 6% da PEA. Porém, para calcularmos a evolução da massa salarial neste período, precisaremos visualizar tal transformação por outro ângulo: o número de pessoas ocupadas.

**Gráfico 2.6 – Evolução do Número de Pessoas Ocupadas
(mil) (2003 – 2011)**

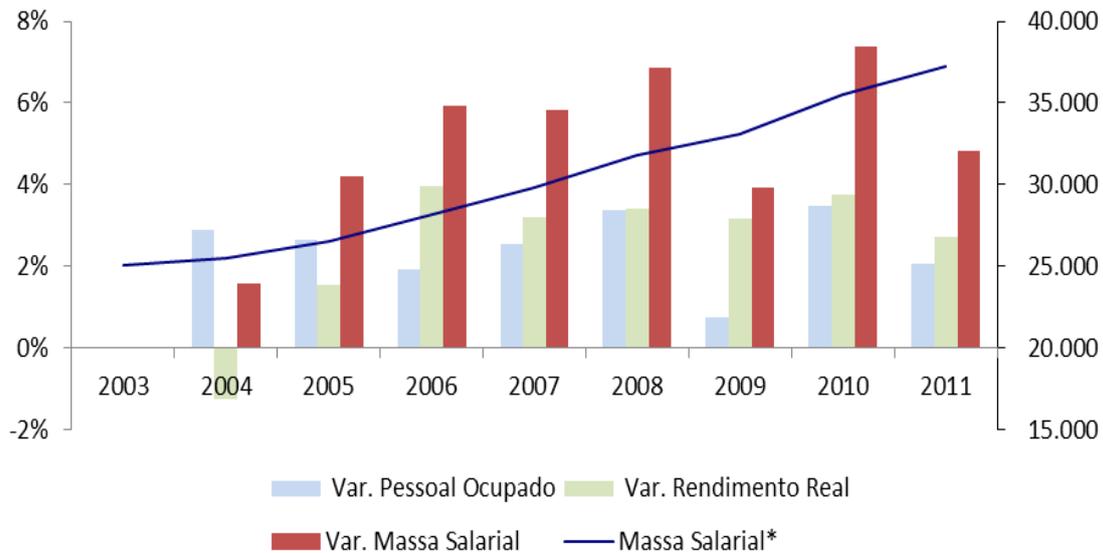


Fonte: PME/IBGE

Conforme poderíamos prever a partir dos dados sobre o desemprego desde 2003, o Gráfico 2.6 apresenta um crescimento significativo do número de pessoas ocupadas. No período determinado houve um crescimento acumulado de 21,34%.

Analisando os dados relacionados à tendência crescente de tais determinantes durante o período compreendido entre 2003 e 2011, conclui-se que a massa salarial nos últimos nove anos apresentou um crescimento expressivo.

**Gráfico 2.7 – Evolução da Massa Salarial Real
(2003 – 2011)**



Fonte: PME/IBGE
*Em milhões

Através do Gráfico 2.7, é possível verificar que a partir do crescimento do número de empregos e do rendimento real do trabalhador, a massa salarial apresentou uma significativa variação acumulada real de 48,33%.

Finalizamos assim o capítulo, concluindo que o aumento dos níveis de renda e postos de trabalho, no período compreendido entre 2003 a 2011, levaram ao aumento da massa salarial que impulsiona a demanda interna e corrobora o consumo criando espaço para o crescimento de uma classe emergente: a nova classe média brasileira.

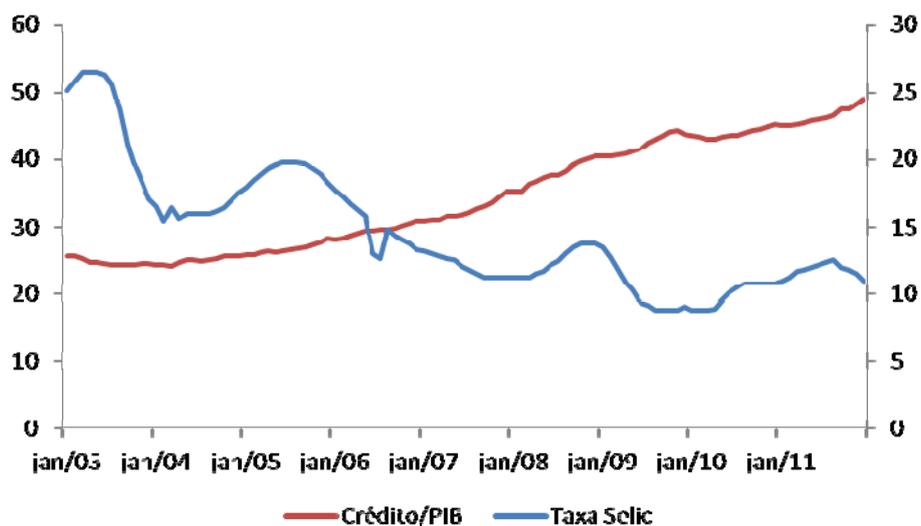
3) Crédito

3.1) A Evolução do Crédito Total no Brasil

A oferta de crédito vem aumentando no Brasil desde o final de 2003. Este enorme avanço se deve principalmente à estabilização macroeconômica alcançada nos últimos anos que levou à manutenção da inflação em níveis baixos e permitiu, também, a redução das taxas de juros, um dos fatores condicionantes mais importantes para a sua expansão. Esta realidade começou a ser moldada a partir de 1994, com o Plano Real, e, mais acentuadamente, nos últimos oito anos.

Pode-se dizer que existem alguns fatores chaves que explicam o recente crescimento do crédito no Brasil. O primeiro deles, conforme enunciado anteriormente, refere-se às baixas nas taxas de juros do país, que atuam como propulsores do crédito. A redução do custo da tomada de crédito o tornou mais acessível, tanto para empresas quanto para os indivíduos.

Gráfico 3.1 – Crédito / PIB x Taxa Selic (a.a)
(%) (2003 – 2011)

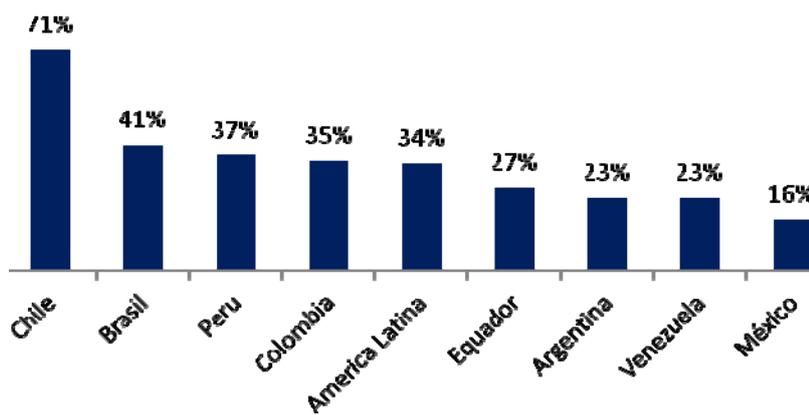


Fonte: Banco Central do Brasil

O outro fator que colabora para a sua acentuada evolução está relacionado ao aumento da renda do brasileiro e do emprego, principalmente no que diz respeito a maior geração de empregos formais, já que este atua como facilitador do acesso ao crédito.

A partir do Gráfico 3.1 podemos medir a dimensão da evolução da oferta de crédito no país. No início de 2003, o crédito representava apenas cerca de 25% do PIB, enquanto, em dezembro de 2011, já alcançava o patamar de 50% do seu total. Comparando com os países da América Latina, no final de 2009, o Brasil tinha a segunda maior proporção de crédito em relação ao PIB, atrás apenas do Chile, com 71%.

**Gráfico 3.2 – Crédito / PIB por país da América Latina
(2009)**

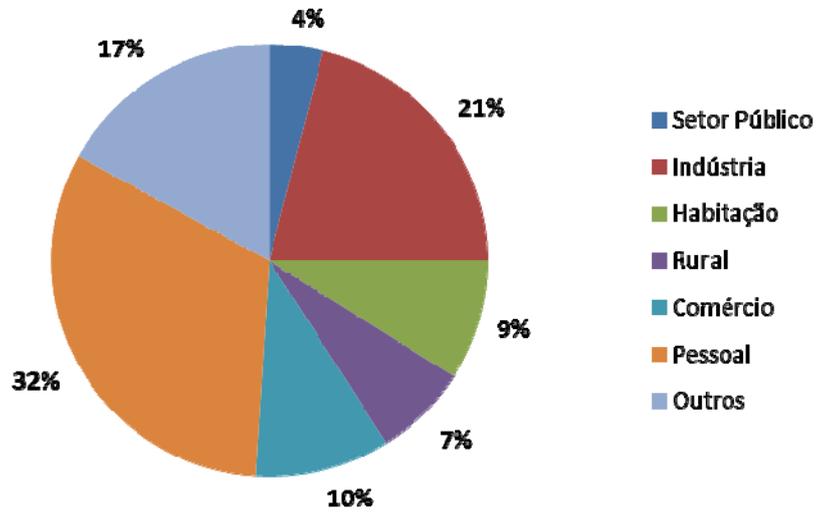


Fonte: JPMorgan

3.2) O Crédito Destinado ao Consumidor

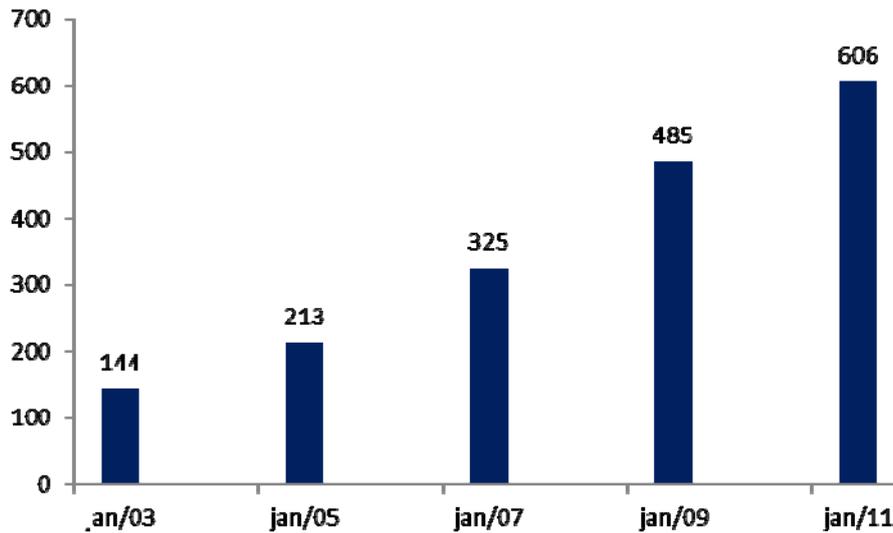
O crédito destinado ao consumidor foi o grande responsável pelo crescimento da proporção do crédito em relação ao PIB. Segundo os dados fornecidos pelo Banco Central do Brasil, em 2011, a fatia destinada ao crédito para o consumo representava a maior parte do seu total, alcançando a marca de 32%.

**Gráfico 3.3 - Crédito por Atividade Econômica
(2011)**



Fonte: Banco Central do Brasil

**Gráfico 3.4 – Crédito à Pessoa Física Bilhões
(Bilhões) (2003 – 2011)**

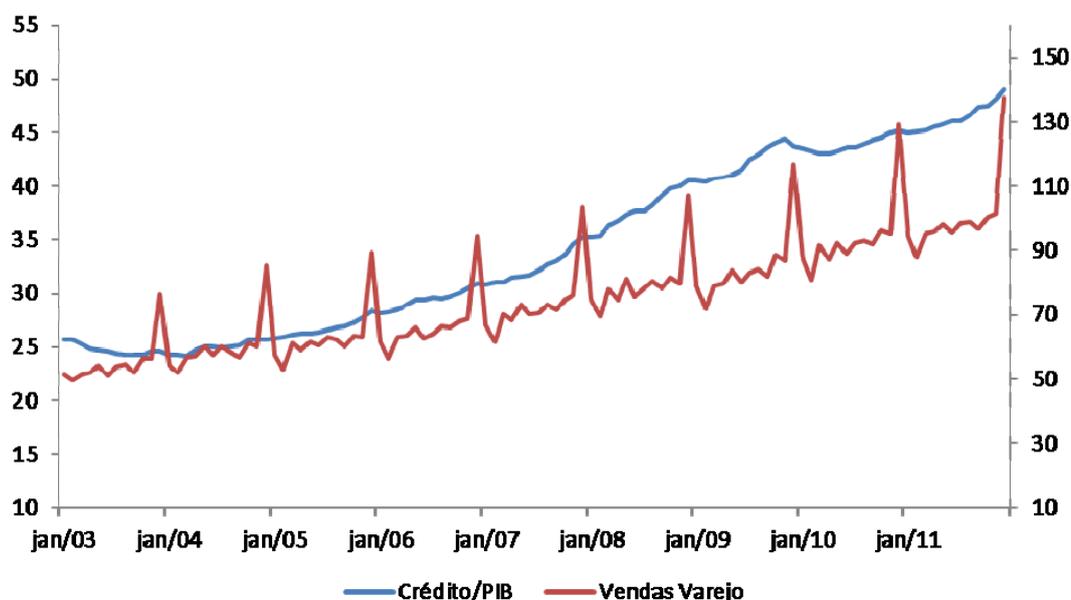


Fonte: Revista Exame

Essa evolução deixa claro o quanto crescimento do poder de consumo da população aumentou. O indivíduo, agora, enfrenta um processo menos burocrático para obter um empréstimo, além de oportunidades que lhe ofereçam condições equivalentes a sua capacidade de pagamento.

O crédito atua como motor para o consumo. Com a possibilidade de comprar bens cada vez mais caros, com prazos cada vez mais longos, o consumidor passou a adquirir até mesmo os classificados anteriormente como excessivamente caros ou supérfluos.

Gráfico 3.5 – Crédito/PIB x Vendas Varejo³
(2003 – 2011)



Fonte: Banco Central do Brasil e Ipeadata

Pode-se dizer que o crescimento da representatividade do crédito em relação ao PIB tem sua trajetória associada, em parte, ao crescimento de 10 p. p., no período, na razão relativa ao segmento de pessoas físicas. Esta evolução refletiu, em especial, o dinamismo das operações de crédito consignado, que representavam 3,8% do PIB em 2011, ante 0,6% do PIB em 2004. Outra modalidade de crédito que representou um

³ Índice (média 2011=100)

crescimento expressivo foi o crédito destinado ao financiamento da casa própria. Apesar de representar ainda uma pequena percentagem do crédito destinado ao consumo, no último ano esta categoria apresentou um aumento de 60%. Para compreendermos melhor tais modalidades, inauguramos mais duas sessões, destinadas ao estudo de cada um delas.

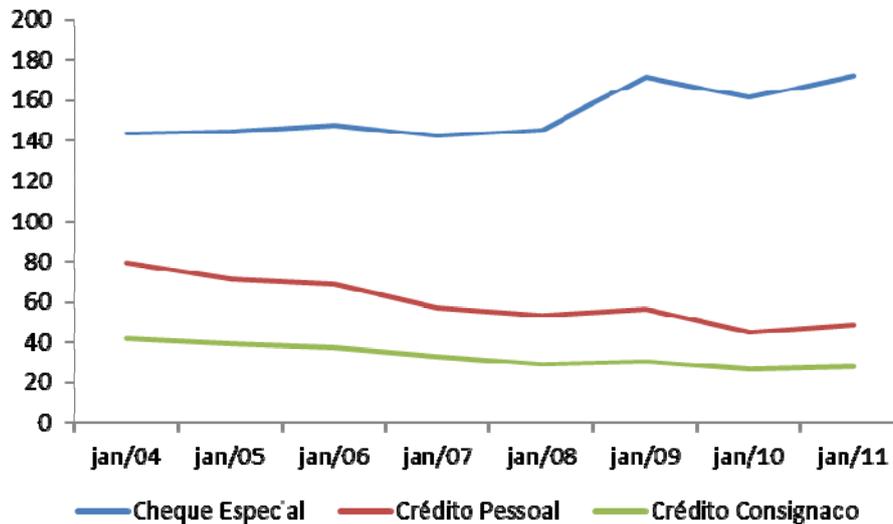
3.3) O Crédito Consignado

Uma das principais alavancas para o crescimento recente do crédito à pessoa física foi o crédito consignado, que apresenta um custo menor para o tomador de empréstimo que as demais opções de crédito pessoal. Esse menor custo deve-se à maior segurança que os emprestadores têm quanto ao recebimento.

O crédito consignado é um tipo de crédito oferecido para os empregados do setor formal ou aposentados e pensionistas do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS), com taxas de juros menores do que aquelas praticadas para o empréstimo pessoal no mercado. As prestações são descontadas diretamente dos salários ou aposentadorias e pensões.

Para análise comparativa, no Gráfico 3.6, evidencia-se que as taxas incidentes nas operações de crédito consignado situaram-se em patamares muito inferiores, por exemplo, às praticadas no cheque especial e no crédito pessoal.

**Gráfico 3.6 – Taxa de Juros de Operações de Crédito Consignado
(a.a%) (2004 – 2011)**



Fonte: Banco Central do Brasil

O programa de empréstimos a aposentados e pensionistas do INSS, com consignação em folha de pagamento, foi publicada no Diário Oficial da União em dezembro de 2003 e autorizado pela Lei no 10.820. As primeiras operações ocorreram em 2004 e contaram com a participação da Caixa Econômica Federal. Para que não haja um endividamento excessivo por parte das famílias, ficou estabelecido pelo Governo Federal que o seu limite máximo corresponderia a 30% do valor do salário, aposentadoria ou pensão.

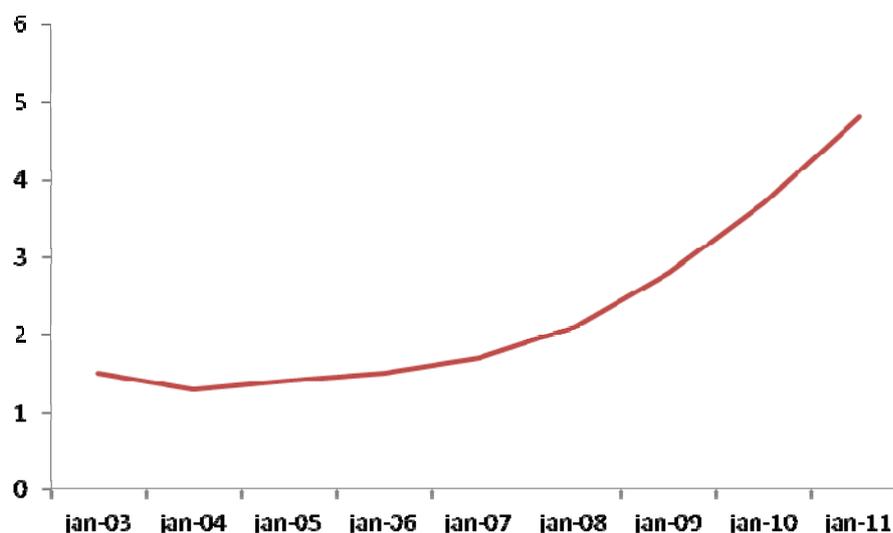
Existem dois tipos de fonte garantidora do pagamento dessa modalidade creditícia. O primeiro deles refere-se a recursos das aposentadorias e pensões em que o pagamento é garantido pelo INSS. Este providencia o desconto das parcelas contratadas diretamente nos proventos de aposentados e pensionistas. Para os bancos oferecerem este produto, precisam firmar convênio com a Previdência Social.

O outro tipo de fonte garantidora está relacionado aos recursos das folhas de pagamento das empresas privadas, prefeituras ou governos estaduais. Essas entidades são livres para entrar em acordo com bancos interessados em conceder o crédito consignado, adotando como garantia, as respectivas folhas de pagamento.

3.4) O Crédito para Financiamento da Casa Própria

Historicamente, conseguir um financiamento para a casa própria no país sempre foi um grande desafio, configurando um quadro social em que apenas poucos poderiam ter acesso a sua própria casa. Desde 2006, o número de financiamentos começou a crescer de forma vertiginosa. O crédito para habitação, em 2011, correspondia a cerca de 5% do PIB, enquanto em 2003 girava apenas em torno de 1,8%.

**Gráfico 3.7 – Crédito Habitacional / PIB
(%) (2003 – 2011)**



Fonte: Banco Central do Brasil

Esse crescimento, sem dúvida alguma, foi impactado pelo programa governamental Minha Casa Minha Vida (MCMV), que pretende contribuir para a solução do problema de déficit habitacional do país. Criado em 2009, prevê um aumento do número de financiamentos da casa própria, já que o imóvel é quitado através de parcelas compatíveis com a disponibilidade de pagamento do comprador, além da concessão de subsídios por parte do Governo Federal.

A primeira fase do programa tinha como objetivo a construção, em dois anos, de um milhão de propriedades direcionadas às famílias com renda abaixo de dez salários mínimos por mês.

A tabela a seguir mostra o balanço da sua primeira fase no final de 2010. Analisando por faixa de renda, o programa priorizou as famílias com o ganho de até três salários mínimos, com mais de 100% das unidades propostas, contratadas.

Tabela 3.1 – MINHA CASA MINHA VIDA: BALANÇO 1ª FASE

Segmento de Renda	Unidades Propostas	Unidades Contratadas	%
Até 3 Salários Mínimos	400.000	574.874	52,2
Entre 3 e 6 Salários Mínimos	400.000	284.079	28,3
Entre 6 e 10 Salários Mínimos	200.000	146.075	14,5
Total	1.000.000	1.005.028	100

Fonte: Caixa Econômica Federal

Já a segunda fase do programa, o Minha Casa Minha Vida 2 (MCMV 2), foi oficialmente anunciada no final de março do 2010 como parte do Programa de Aceleração do Crescimento 2 (PAC 2)⁴. O MCMV 2 pretende construir dois milhões de casas no período compreendido entre 2011 e 2014.

Tabela 3.2 – MINHA CASA MINHA VIDA: PROPOSTA 2ª FASE

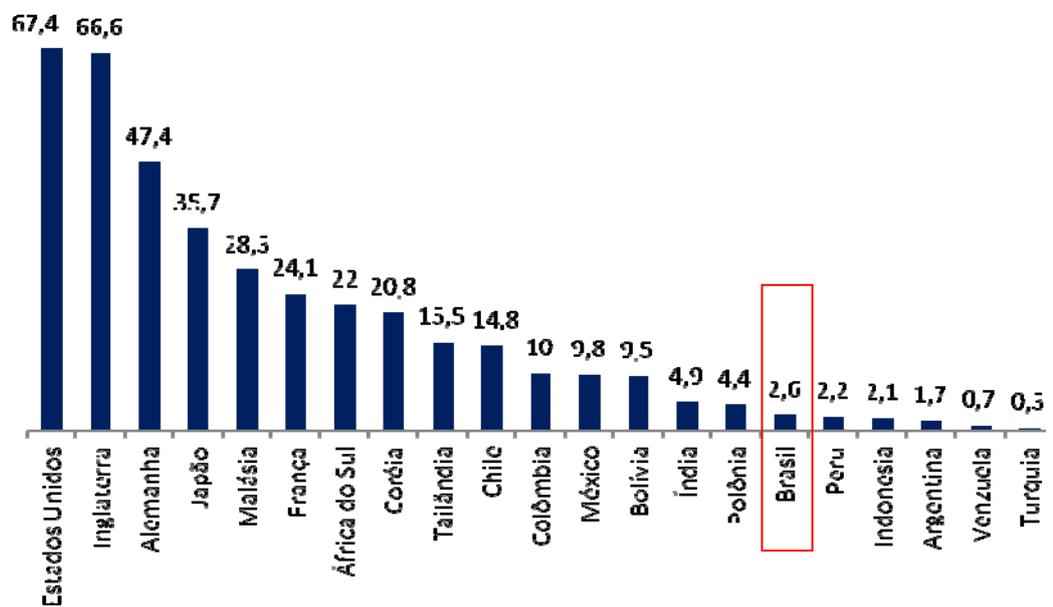
Segmento de Renda	Unidades Propostas	%
Até 3 Salários Mínimos	1.200.000	60%
Entre 3 e 6 Salários Mínimos	600.000	30%
Entre 6 e 10 Salários Mínimos	200.000	10%
Total	2.000.000	100%

Fonte: Caixa Econômica Federal

⁴ O PAC 2 foi lançado em março de 2010 e prevê investimento em uma série de segmentos, tais como transportes, energia, cultura, meio ambiente, saúde, área social e habitação. São 6 as áreas de investimentos do PAC 2: Cidade Melhor, Comunidade Cidadã, Minha Casa, Minha Vida, Água e Luz para todos, Transportes e Energia.

Porém, apesar de toda a evolução ocorrida nos últimos anos, o crédito para a compra de imóveis ainda é pouco se comparado a outros países. Em 2008, o Brasil figurava entre os países com a mais baixa representatividade do crédito para a habitação em relação ao PIB.

**Gráfico 3.8 – Crédito Habitacional / PIB
(%) (2008)**



Fonte: JPMorgan

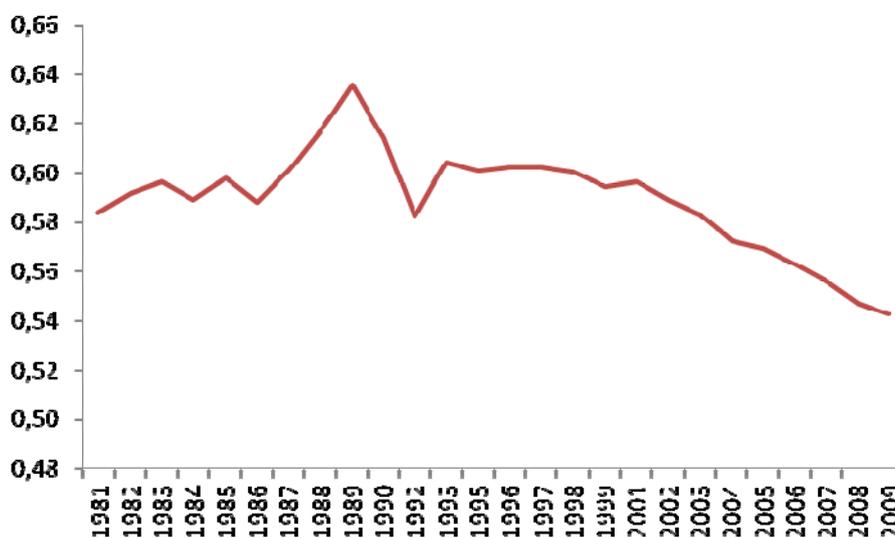
4) A Nova Classe Média Brasileira

4.1) A Queda da Desigualdade

A estabilidade econômica impulsionou o aumento do emprego e da renda e, junto às condições de crédito farto, contribuiu para a expansão da demanda interna. Esta tendência aponta para a consolidação de uma grande classe média, cujo aumento do poder aquisitivo será traduzido em novos e melhores padrões de consumo.

A mais nova classe C é resultado também de uma maior mobilidade social, reflexo da redução da desigualdade no país.

**Gráfico 4.1 – Evolução da Desigualdade de Renda no Brasil
Índice de Gini (2001 – 2009)**



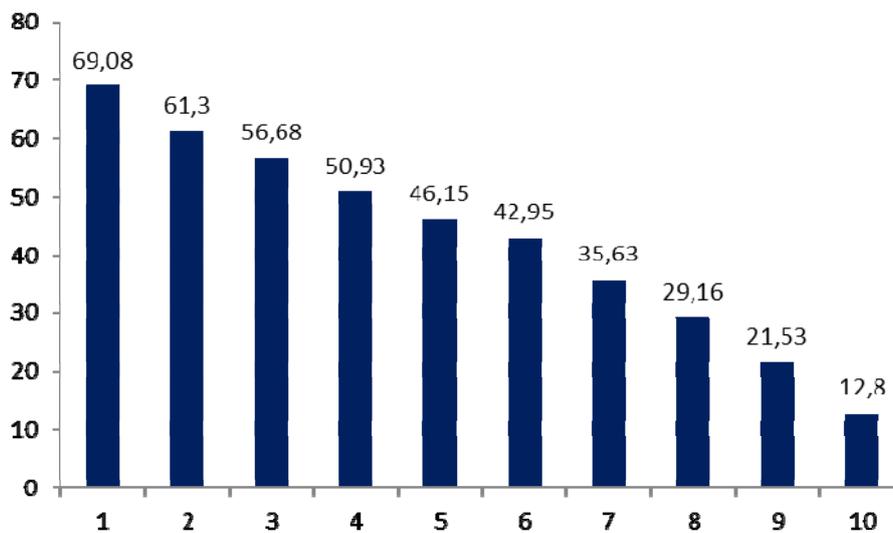
Fonte: PNAD/ IBGE

A desigualdade, medida pelo índice de Gini⁵ e divulgada pelo IBGE através da PNAD, vem caindo entre todas as sucessivas pesquisas, desde 2001 até 2009,

⁵ O índice de Gini é comumente usado para calcular desigualdade de distribuição de renda. Consiste em um número entre 0 e 1, onde 0 corresponde à completa igualdade e 1 corresponde à completa desigualdade.

apresentando uma queda acumulada de 7% a uma taxa anual de 1,2%. Em 2009, atingiu o seu menor índice em cerca de 30 anos de pesquisa, chegando a 0,5448. Esta queda é substancial, sem precedentes na história brasileira desde a década de 1960.

Gráfico 4.2 – Variação per Capita de Renda Média por Décimos de Renda (%) (2001-2009)



Fonte: CPS/FGV com base nos microdados da PNAD

De acordo com o Gráfico 4.2, vemos que a renda per capita dos 10% mais ricos cresceu 12,8%, enquanto a renda dos mais pobres aumentou de forma bastante expressiva em 69,08%.

A fim de analisar melhor as mudanças observadas, veremos o que aconteceu com os 50% mais pobres e os 10% mais ricos da população brasileira. Os primeiros correspondem à metade mais pobre da população enquanto os segundos, no auge de sua desigualdade, detinham quase a metade da renda total brasileira. As taxas acumuladas cresceram 52,59% e 12,8%, respectivamente, conforme visto anteriormente. Isso indica que a metade mais pobre da população brasileira viu a sua renda crescer a uma taxa 318% mais alta do que a do segmento mais rico.

Assim, o Brasil atingiu, em 2009, seu menor nível de desigualdade de renda já registrado na história. Apesar dos avanços nesse aspecto, a desigualdade brasileira permanece como sendo uma das maiores do mundo.

4.2) O Que é a Nova Classe Média e Por Quem é Formada?

A partir das discussões já tratadas, podemos definir o que e é por quem a classe média é formada. Segundo Souza e Lamounier (2009)⁶, é possível determiná-la segundo critérios subjetivos e objetivos. Dentro dos critérios subjetivos, é preciso compreender a idéia de identidade, que envolve seus valores, crenças e estilo de vida. Pode-se dizer que a definição econômica de classe média muda ao longo do tempo. O que tende a ser estático são os conceitos morais e culturais da classe. Desta forma, ser classe média implica em valorizar a igualdade perante a lei, a liberdade individual, a competição e o mérito. É uma classe mais aberta a mudanças, mais democrática, porém age de forma conservadora, tendendo a ser mais avessa aos riscos. Alan Wolfe (1998), em seu livro “One Nation, After All”, sugere que a classe média é dotada de certa moralidade e a descreve da seguinte forma:

“ (...) pessoas que lutam para alcançar um nível de renda adequado, que as faça sentir que têm nas mãos seu destino econômico, e que também buscam viver segundo os princípios da responsabilidade individual, da importância da família, das obrigações para com os outros e da crença em algo que transcende o próprio ser.”

Dentro dos critérios objetivos, destacam-se três: educação, ocupação e renda que está diretamente ligada à capacidade de consumo do indivíduo.

A educação se tornou um indicador de posição social e vem sendo erodida como a marca da classe. Ela tem sido peça fundamental para o acesso a classe média. Sua importância está relacionada tanto à ocupação que o indivíduo pode alcançar quanto às chances de mobilidade no futuro.

⁶ No livro “*A Classe Média Brasileira: Ambições, valores e projetos de sociedade*”.

Quanto à ocupação, esta está relacionada ao conceito de renda permanente. Os rendimentos irão variar, porém, independente de tais variações, o comportamento dos indivíduos dependerá das perspectivas de ganho no longo prazo. Ou seja, mesmo que os rendimentos variem, o que de fato irá ocorrer, as pessoas tenderão a manter o mesmo padrão de vida, buscando construir seu futuro em bases sólidas que sustentem o novo padrão adquirido. Assim, como previamente discutido, o emprego formal torna-se um dos protagonistas dessa ascensão, fazendo com que a carteira de trabalho seja um dos símbolos dessa nova classe média.

A forma mais comum de definir a classe média é pela renda. Para tal, usaremos o estudo feito por Neri (2012)⁷. A classe média, ou classe C, é a classe central. Ou seja, está abaixo das classes A e B e acima da D e E. Com o intuito de quantificar tais faixas de renda, Neri, com base nos dados da PME, calculou a renda domiciliar per capita e depois a expressou em termos equivalentes de renda domiciliar total.

**Tabela 4.2 – Definição das Classes Econômicas
Limites (preços 2011)**

Grupos	Renda
Classe E	0
Classe D	751
Classe C	1.200
Classe AB	5.174

Fonte: CPS/FGV com base na PME/IBGE

A classe C aufere, em média, a renda média da sociedade. É a classe média no sentido estatístico. A classe C pode ser considerada a imagem mais próxima da média da sociedade brasileira. Dada alta desigualdade, a renda média brasileira é alta em relação ao resto da distribuição.

⁷ Ilustrado no livro “A Nova Classe Média: O lado brilhante da base da pirâmide”.

4.3) A Asecenção da Nova Classe Média

Com base nos últimos microdados disponibilizados pela PNAD e variações extraídas da PME, é possível mostrar como se deu a mobilidade dos indivíduos entre os diferentes estratos sociais de 2003 a 2011⁸.

Tabela 4.3- Evolução da Participação das Classes Econômicas

Grupos	2011 – 2003 (%)
Classe E	-54,18
Classe D	-24,03
Classe C	46,57
Classe AB	54,71

Fonte: CPS/FGV com base nos microdados PNAD e PME/IBGE

Tabela 4.3- Diferença Populacional por Classes Econômicas

Grupos	2011 - 2003
Classe E	-24.637.406
Classe D	-7.976.346
Classe C	39.589.412
Classe AB	9.195.974

Fonte: CPS/FGV com base nos microdados PNAD e PME/IBGE

Com os dados das tabelas acima é possível verificar a rápida ascensão da população brasileira à classe C. Em nove anos, o crescimento acumulado foi de 46,57%, ou seja, cerca de 39,5 milhões de brasileiros ingressaram na classe média. Esta totaliza em 2011, cerca de 105,5 milhões de pessoas, o que corresponde a 55,05% da população.

⁸ Ainda com base nos estudos de Neri.

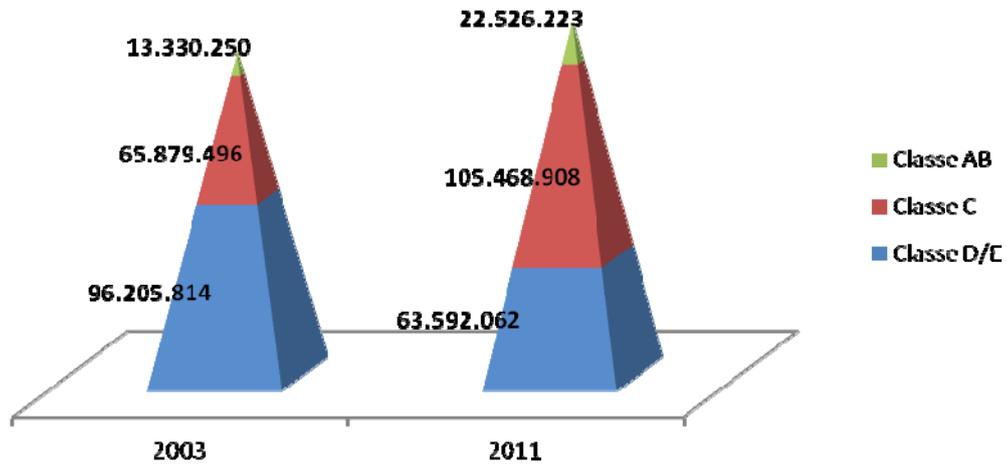
De forma semelhante, temos que a fatia do estrato destinado à classe AB também aumentou e obteve um crescimento de 54,71%. Isso significa a ascensão de 9 milhões de brasileiros à classe de maior renda.

Fenômeno inverso ao ocorrido com a classe AB e C, vimos que, tanto a classe E, quanto a classe D, diminuíram de tamanho.

Considerando o período compreendido entre 2003 e 2011, houve uma redução de cerca de 8 milhões de pessoas na classe D. Em 2011, a proporção de brasileiros nessa classe era de 20,31%.

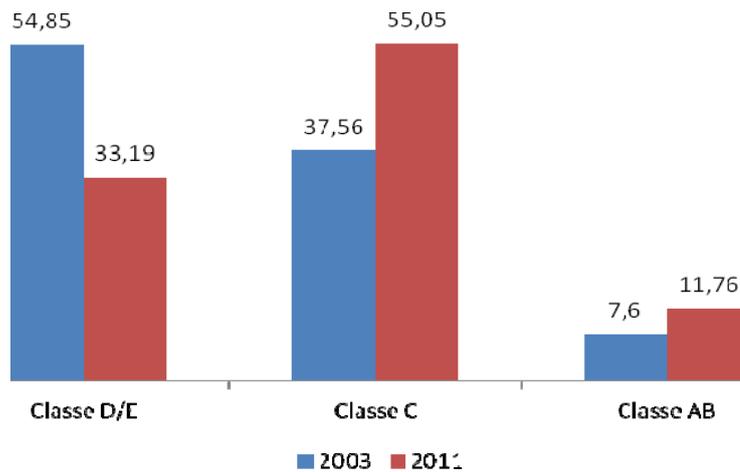
Para a classe E, grupo de renda familiar mais baixa, equivalente à pobreza, vimos um fenômeno ainda mais intenso. Desde 2003, cerca de 24 milhões de pessoas cruzaram a linha de miséria, o que corresponde uma redução de 54,18% do grupo. A partir dos gráficos a seguir podemos observar os aumentos da classe C e AB, assim como a diminuição da classe D/E.

**Gráfico 4.4 – Pirâmide Populacional Dividida em Classes Econômicas
(2003-2011)**



Fonte: CPS/FGV com base nos micordados PNAD/IBGE

**Gráfico 4.5 – Evolução das Classes Econômicas
(%) (2003-2011)**



Fonte: CPS/FGV com base nos micordados PNAD/IBGE

4.4) As Mudanças no Padrão de Consumo

Com a ascensão da população brasileira a classes superiores, novas necessidades surgiram e, com isso, novos hábitos de consumo. Com o aumento da renda e as facilidades que o crédito farto proporciona, criou-se uma espécie de “corrida aos bens duráveis”. A sua difusão começa das camadas de renda mais altas e se espalha para as classes inferiores. Tal processo foi racionalizado por Matuyama⁹ (2002) da seguinte forma:

“À medida que cresce a renda dos domicílios, expande-se o conjunto dos diferentes tipos de bens que eles consomem, ao invés de observar-se um crescimento no consumo dos bens que já eram anteriormente consumidos. Isto tem importantes implicações. Em primeiro lugar, o tamanho do mercado para cada bem depende não apenas do número de domicílios, mas do número de domicílios que podem arcar com a aquisição de cada um deles. Em segundo lugar, quando os preços dos bens de primeira necessidade caem, a demanda pelos bens de prioridade inferior sobe. Ou seja, existem complementariedades de demanda entre bens de primeira necessidade e bens de prioridade reduzida. À medida que as despesas com itens essenciais declinam, os itens menos essenciais tornam-se acessíveis, o que permite que os domicílios possam mover-se para baixo em suas listas de compras. Em terceiro lugar, as noções mesmas de necessidade e luxo são relativas. Um bem de consumo pode ser um luxo numa casa pobre, mas um bem altamente necessário em um domicílio rico. À medida que a renda de um domicílio cresce, um bem de consumo pode mudar de um bem de luxo para uma amenidade e, finalmente, para um bem necessário. (...) A compra de um bem pelos domicílios de alta renda reduz seu preço, o que torna esse bem acessível aos domicílios de renda mais baixa que anteriormente não eram capazes de adquiri-lo. Esse processo de escorregamento dos bens ajuda a indústria a decolar. A compra do bem pelos domicílios de renda baixa, ao empurrar o preço ainda mais para baixo, ajuda a reduzir a despesa dos domicílios de renda mais alta, permitindo que eles se movam para baixo em direção ao

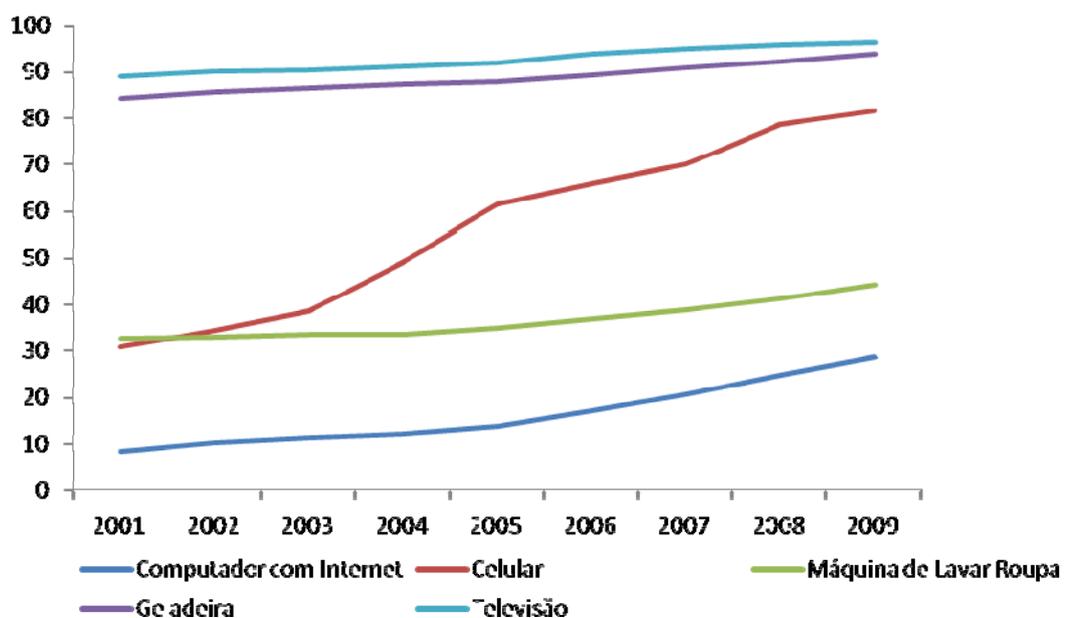
⁹ Ver paper “Mudanças no consumo de bens culturais no Brasil após a estabilização da moeda”.

próximo item de sua lista de compras. Através desse processo, os ganhos de produtividade em uma indústria levam a ganhos de produtividade nas indústrias seguintes”.

Para “ser classe média” é preciso ter margem de renda para gastos discricionários. Assim, com o aumento da renda, os gastos com necessidades básicas tendem a se estabilizar em níveis relativamente baixos em relação à renda familiar, enquanto os gastos com bens discricionários sobem. Soma-se ainda o acesso banalizado ao crédito, elemento fundamental para viabilizar as aspirações de consumo de bens vistos antes como inacessíveis nesta classe de renda.

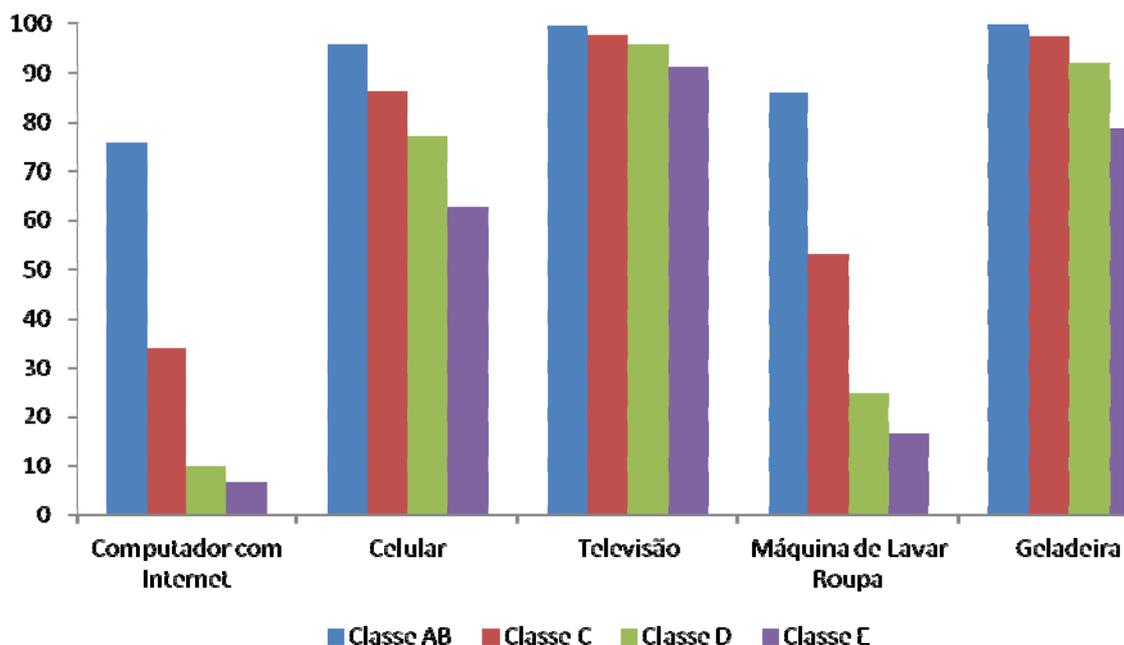
A seguir, iremos apresentar o perfil do acesso a diferentes ativos de consumo que atuam como um dos marcadores da classe C. Para isso, selecionamos alguns bens que compõem a pauta de bens indispensáveis a um indivíduo pertencente a uma família de classe média, como computador com internet, celular, máquina de lavar roupa, geladeira e televisão, assim como um bem de maior valor agregado: o automóvel.

**Gráfico 4.5 – Evolução do Acesso aos Bens de Consumo
(2001-2009)**



Fonte: CPS/FGV com base nos microdados da PNAD

**Gráfico 4.6 – Acesso aos Bens de Consumo por Classe
(%) (2009)**



Fonte: CPS/FGV com base nos microdados da PNAD

Através do Gráfico 4.6, percebe-se que a posse de alguns bens já se encontra fortemente massificada em todas as classes. A televisão em cores, por exemplo, encontra-se em praticamente todos os domicílios, acompanhada de perto pela geladeira.

Nesse grupo em particular, nenhum produto teve maior apelo que o telefone celular. A partir do Gráfico 4.5 podemos acompanhar sua evolução. Em 2001, este atendia a 30,79% da população, enquanto, em 2009, alcançava cerca de 82%.

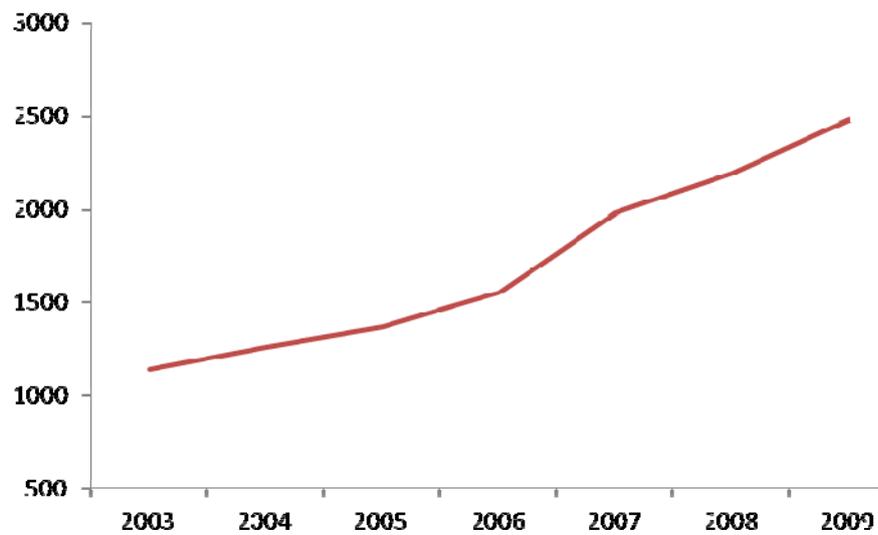
A trajetória de acesso ao computador com internet é crescente, porém um tanto desigual. Esta ainda não cobre a maior parte da população da classe média, enquanto atende a mais de 75% da população de classe AB.

O acesso à máquina de lavar também não é igualitário, com proporções de acesso de 85,72% para a classe AB e de 16,48% para a classe E. Porém, ao contrário do computador com internet, já atende a maioria dos domicílios da nova classe média. De

maneira geral, com exceção deste, a maioria dos demais bens já está presente em um domicílio de classe C.

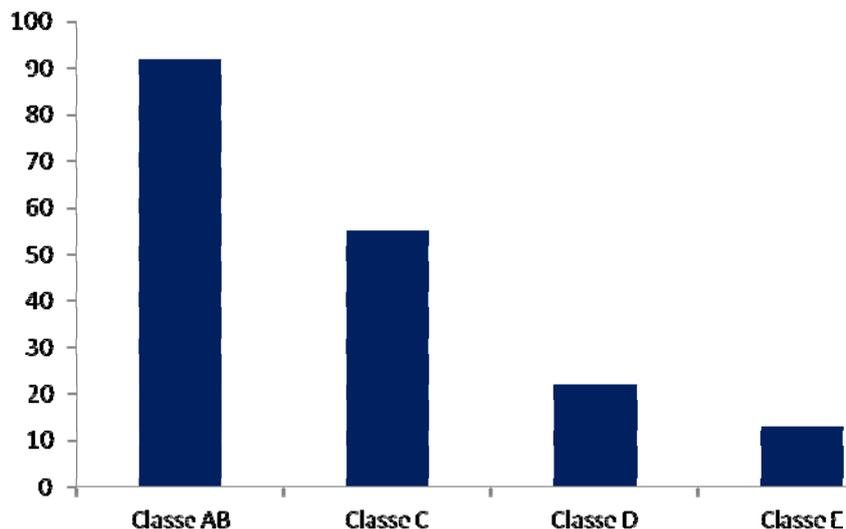
Entre os ativos mais importantes para esta faixa de renda está o automóvel.

**Gráfico 4.7 – Quantidade de Automóveis Vendidos nas Concessionárias
(mil) (2001-2009)**



Fonte: Banco Central do Brasil

**Gráfico 4.8 – Automóvel por Classe de Renda
(2009)**



Fonte: Elaborado por Souza e Lamounier com base na pesquisa de opinião feita pelo IBOPE

Pode-se dizer que o carro representa um ícone de adesão a classe média. Neste segmento, destaca-se o crédito fácil para a compra de veículo já que o consumidor conta com financiamentos com prazos cada vez mais longos. Através do Gráfico 4.7, é possível mensurar a quantidade de automóveis vendidos. Em 2009, esta era 118% maior quando comparada a 2003.

Com base no Gráfico 4.8, podemos observar que 55% da classe C puderam adquiri-lo. Porém, ter um carro ainda é um privilégio da classe de renda mais alta. Enquanto 83% da classe mais alta tem acesso ao bem, apenas 13% da classe E pode desfrutar do mesmo.

5) Conclusão

Neste trabalho, tratamos de analisar a evolução da renda do brasileiro e do crédito no país como determinantes para ascensão da nova classe média brasileira. Esta, foi responsável pela o aquecimento da demanda interna brasileira criando espaço para uma sociedade com novos padrões de consumo.

Identificamos que, nos últimos nove anos, o salário mínimo real apresentou um aumento acumulado de 52,66%. Este incremento representa um impacto expressivo para a evolução da renda no Brasil, já que, segundo os dados divulgados pela PNAD, estima-se que cerca de 47 milhões de pessoas tenham seu rendimento referenciado ao salário mínimo.

Adicionalmente, procuramos compreender qual a nova dinâmica do mercado de trabalho. Recorremos aos dados divulgados pelo IBGE, através da PME, e constatamos que, para o último ano de referência, a taxa de desocupação no Brasil atingiu 6% da PEA, enquanto em 2003 tal proporção era de 12,3%. Outro ponto relevante diz respeito à geração líquida de empregos formais, que atua como um dos caracteres da evolução da renda permanente do trabalhador. Com base nos dados da CAGED, vimos que, em 2011, a geração de empregos com carteira assinada foi de 1,56 milhões de novos postos de trabalho. Este resultado indica que a geração de empregos formais mais que duplicou neste último ano quando comparado com o resultado de 2003, quando 645,5 mil empregos formais foram criados. Desde então, já foram gerados mais de 12 milhões destes.

Os motivos para esse avanço estão relacionados ao aumento da escolarização, maior eficiência das atividades de inspeção e fiscalização realizadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, inovações na legislação trabalhista e o incentivo à formalização das micro e pequenas indústrias. As reformas estruturais ocorridas no país nos anos 90, estão por trás de todo esse cenário de formalização dos postos de trabalho à medida que criam bases para o crescimento sustentado da economia.

Também observamos a trajetória do crescimento da massa salarial no período de análise. A massa salarial é constituída pelo produto da remuneração média dos

empregados e o do número empregos. Através da PME, coletamos os dados referentes à renda média real habitual do brasileiro, que apresenta uma curva ascendente, com crescimento real de 22% desde 2003.

Sabe-se que a taxa de desemprego reduziu de forma expressiva. Porém, para calcular a massa salarial, é preciso visualizar essa transformação de um ângulo diferente: o número de pessoas ocupadas. Recorremos também à PME, e constatamos que houve um crescimento acumulado de 21,34%.

Os aumentos dos níveis de renda e postos de trabalho, no período compreendido entre 2003 a 2011, levaram ao aumento da massa salarial, que apresentou uma significativa variação acumulada real de 48,33%. A massa salarial é responsável por aquecer a demanda interna e, assim, impulsionar o consumo, criando espaço para a ascensão da nova classe média brasileira.

Assim como a renda, o crédito também desempenha esse papel. Verificamos que os níveis do crédito em relação ao PIB foram historicamente baixos. Este quadro começou a ser revertido, principalmente a partir dos últimos oito anos, quando as taxas de juros começaram a cair e a renda e a ocupação começaram a aumentar. O crédito em relação ao PIB saltou de 25%, em 2003, para cerca de 50%, em 2011.

Pode-se dizer que o crédito destinado ao consumidor foi a grande alavanca para esse crescimento. Em 2011, o crédito para consumo representava a maior parte do crédito total disponível, 32%. Fazem parte deste avanço o dinamismo das operações de crédito consignado, que representava 3,8% do PIB em 2011, ante 0,6% do PIB em 2004. O mesmo aconteceu com o crédito destinado ao financiamento da casa própria. O crédito para habitação, em 2011, correspondia a cerca de 5% do PIB, enquanto, em 2003, girava em torno de 1,8%.

Estudamos que a mais nova classe C é resultado também de uma maior mobilidade social, reflexo da redução da desigualdade no país. A desigualdade vem caindo entre todas as sucessivas pesquisas recentes, atingindo o seu menor índice em 30: 0,5448. Essa redução consiste em uma queda acumulada de 7% a uma taxa anual de 1,2%. Porém, apesar dos avanços nesse aspecto, a desigualdade brasileira permanece como sendo uma das maiores do mundo.

Definimos o que é e por quem a classe média é formada a partir de critérios subjetivos e objetivos. Dentro dos critérios subjetivos vimos que a definição econômica de classe média muda ao longo do tempo. O que tende a ser estático são os conceitos morais e culturais da classe. Desta forma, ser classe média implica em valorizar a igualdade perante a lei, a liberdade individual, a competição e o mérito. É uma classe mais aberta a mudanças, mais democrática, porém age de forma conservadora, tendendo a ser mais avessa aos riscos.

Para os critérios objetivos, destacamos três: educação, ocupação e renda.

A educação se tornou um indicador de posição social e a sua importância está relacionada tanto à ocupação que o indivíduo pode alcançar quanto as chances de mobilidade no futuro.

Quanto à ocupação, esta está ligada ao conceito de renda permanente. O comportamento do indivíduo irá variar de acordo com as suas perspectivas de ganho no longo prazo. As pessoas tenderão a manter o mesmo padrão de vida, buscando construir seu futuro em bases sólidas que sustentem o novo padrão adquirido. O emprego formal torna-se então um dos protagonistas dessa ascensão, fazendo com que a carteira de trabalho seja um dos símbolos dessa nova classe média.

Para defini-la segundo a renda, é preciso ter em mente que a classe C auferir, em média, a renda média da sociedade. Com base na PME, calculou-se a renda domiciliar per capita e depois a expressou em termos equivalentes de renda domiciliar total. Desta forma, para ser classe C é preciso que a renda esteja compreendida entre R\$1.200 e R\$5.174.

Tratamos também de mensurar essa ascensão. Certificou-se que, entre 2003 e 2011, tanto a classe C, quanto a classe AB, aumentaram de tamanho. Cerca de 40 milhões de brasileiros passaram a integrar a classe média, enquanto outros 9 milhões ingressaram à classe com o maior nível de renda. No sentido inverso foram as trajetórias das classes D e E, que diminuíram de tamanho em 24,03% e 54,18%, respectivamente.

Por fim, dedicamos a analisar as mudanças no padrão de consumo do brasileiro. Certificamos que, para “ser classe média”, é preciso de margem de renda para gastos discricionários. À medida que a renda cresce, a tendência é que a parte dispendida com gastos discricionários aumente enquanto que os gastos com necessidades básicas se

estabilizem. O crédito atua como complemento da renda e viabiliza as aspirações de consumo nessa nova classe. Assim, analisamos alguns bens indispensáveis a essa nova classe média, como computador com internet, celular, máquina de lavar roupa, geladeira e televisão. Nesse grupo em particular, nenhum produto teve maior apelo que o telefone celular que está presente em 90% dos domicílios de classe C. Em 2001, este atendia a 30,79% da população, enquanto que, em 2009, alcançava cerca de 82%.

Entre os bens de maior valor agregado, destaca-se o automóvel, que representa um ícone de adesão a classe média e foi adquirido por 55% da classe C. Em 2009, a quantidade de veículos vendida era 118% maior do que em 2003.

Em suma, o fenômeno recente da ascensão da “nova classe média” brasileira e a consequente ampliação do mercado de massas, revelou-se uma mola propulsora para a expansão do consumo brasileiro, o que pode ser creditado aos aumentos de renda e de crédito.

6) Referências Bibliográficas

- **Dados:**

- IBGE (<http://www.ibge.gov.br/>)
- Ipeadata (<http://www.ipeadata.gov.br/>);
- CAGED (<https://granulito.mte.gov.br/portalcaged/>);
- Banco Central do Brasil (<http://www.bc.gov.br/>).
- DIESSE (<http://www.dieese.org.br>)

- **Papers e Livros:**

- NERI, M. *A Nova Classe Média Brasileira: o lado brilhante da base da pirâmide*. 2012
- SOUZA, L., LAMOUNIER. B *A Classe Média Brasileira: ambições, valores, projetos de sociedade*. 2009
- EARP, F., PAULANI. L. *As Mudanças no padrão de consumo de bens culturais no Brasil após a estabilização da moeda*. 2011
- BARROS, R., CARVALHO. M., FRANCO, S., MENDONÇA. R. *Markets, the State and the Dynamics of Inequality: Brazil's case study*. 2009
- NERI, M. *A Nova Classe Média*. 2008
- NERI, M. *De Volta ao País do Futuro: Projeções, Crise Européia e a Nova Classe Média, 2012*
- CORREA, P., PAULA, L., OREIRO, J. BASÍLIO, F. *A Estrutura do Setor Bancário e o Ciclo Recente de Expansão de Crédito*
- LOYO, E, ARIDA, P., *Credit Deepinig in Brazil*. 2011
- SHAIQ, E., AKIRA, F., *The 2011 Country Handbook*. 2011

- **Artigos:**

- REVISTA EXAME *Tudo tem um limite*. Edição 1017 30/05/2012
- JORNAL O GLOBO *Não dá para repetir a mágica do passado*. 03/06/2012
- VALOR ECONÔMICO *Crédito e renda ajudaram vendas do varejo no fim do ano passado*. 13/01/2012

- EPÓCA NEGÓCIOS *O Impulso do Mínimo. 01/2012*
- JORNAL O GLOBO *Menos desemprego e mais renda. 27/01/2012*
- DIESSE *Nota Técnica Salário Mínimo 2011. 01/01/2011*
- BANCO CENTRAL DO BRASIL *Evolução Regional do Crédito Consignado. 2011.*

